

**Desafios e perspectivas de políticas públicas na redução de crimes violentos letais  
intencionais no Norte do Brasil**

**Public policy challenges and perspectives in reducing intentional lethal violent crimes in  
Northern Brazil**

**Desafíos y perspectivas de las políticas públicas en la reducción de los delitos violentos  
intencionales letales en el Norte de Brasil**

Recebido: 12/11/2020 | Revisado: 19/11/2020 | Aceito: 23/11/2020 | Publicado: 05/12/2020

**Leonardo de Andrade Carneiro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2388-7516>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: [Leonardo.andrade@uft.edu.br](mailto:Leonardo.andrade@uft.edu.br)

**Mônica Aparecida da Rocha Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3323-7712>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: [monicars@mail.uft.edu.br](mailto:monicars@mail.uft.edu.br)

**Resumo**

Este estudo teve como objetivo analisar a criminalidade violenta na região Norte do Brasil, bem como compreender por que a região Sudeste, especificamente o estado de São Paulo, apresenta o menor índice de criminalidade. Para atingir os objetivos propostos, realizou-se pesquisa descritiva e bibliográfica utilizando-se dados estatísticos de várias bases. Entre elas, destaca-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Atlas da Violência, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Os achados indicam que a região Norte do Brasil é uma das mais violentas atualmente. Essas informações revelam que o fortalecimento dos operadores e gestores dos órgãos de segurança pública, educação de qualidade e emprego e renda podem contribuir para a diminuição dos crimes.

**Palavras-chave:** Crimes violentos letais intencionais; Criminalidade; região Norte.

**Abstract**

This study aimed to analyze violent criminality in Northern Brazil, as well as to understand why, the Southeast region, specially the state of São Paulo, has the lowest crime rate. To achieve the objectives, a descriptive and bibliographic research was carried out, in which statistical data

from several databases were used, among which stands out the Brazilian Institute of Geography and Statistics, Atlas of Violence, Brazilian Forum on Public Security. The results indicate that the Northern region of Brazil is currently one of the most violent regions. This information reveal that the strengthening of operators and managers of public security agencies, quality education and employment and income can contribute to the reduction of crime.

**Keywords:** Intentional lethal violent crime; Crime; Northern region.

## **Resumen**

Este estudio tuvo como objetivo analizar los crímenes violentos en la región Norte de Brasil, así como comprender por qué la región sureste, específicamente el estado de São Paulo, tiene la tasa de criminalidad más baja. Para lograr los objetivos se realizó una investigación descriptiva y bibliográfica en la que se utilizaron datos estadísticos de diversas bases de datos, entre ellas el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, Atlas de Violencia, Foro Brasileño de Seguridad Pública. Los hallazgos indican que la región Norte de Brasil es actualmente una de las más violentas. Esas informaciones revelan que el fortalecimiento de operadores y gerentes de agencias de seguridad pública y educación de calidad, empleo e ingresos pueden contribuir a la reducción de delitos.

**Palabras clave:** Crimen violento letal intencional; Crimen; región Norte.

## **1. Introdução**

A criminalidade é um problema a ser resolvido em todo território nacional e combatido por toda a sociedade. As instituições que devem garantir o bem-estar da sociedade necessitam se alertar para a implementação de políticas públicas voltadas para a contenção da delinquência violenta e fazer investimentos em áreas prioritárias com base em estudos e na participação de atores políticos e da sociedade nos debates acerca do tema. O ano de 2019 pode ser considerado um ano histórico, pois interrompeu um período marcado por crimes violentos. Entre 2015 e 2018, cerca de 241.494 mil pessoas tiveram suas vidas ceifadas devido aos altos níveis de criminalidade que estão presentes em todas as regiões brasileiras.

A criminalidade é atualmente um problema dos estados, pois os custos sociais relacionados ao tratamento de suas consequências são geradores de grandes despesas, custeadas pela sociedade e estado, diminuindo a possibilidade de investimentos em áreas estratégicas que poderiam melhorar o nível do desenvolvimento regional (Braga Filho, Andrade & Pousa, 2015). Nesse cenário, a região Norte do Brasil vem presenciando um aumento sistemático dos crimes

violentos letais intencionais (CVLI) que afetam não somente a vítima e suas famílias, como o próprio desenvolvimento socioeconômico das localidades, contribuindo para o crescimento das desigualdades sociais e regionais.

O Brasil é marcado por altos índices dos crimes violentos e, neste contexto, principalmente pelos CVLI que, para Carneiro e Oliveira (2020), são homicídios, roubo seguido de morte (latrocínio) e lesão corporal que resulta no óbito da vítima. Para Siena (2011), homicídio é o crime contra a vida e é o ponto máximo na conduta criminoso. O latrocínio, para Aguiar e Lealdebal (2011), citando o art. 157 do Código Penal, é o uso do emprego de violência física para subtrair e assegurar a posse e a morte da vítima como consequência. De Oliveira (2017) considera que quando há lesão corporal seguida de morte, o autor não quis esse resultado nem percebeu que havia o risco de produzi-lo.

Os CVLI constituem um grande problema econômico, pois prejudicam as atividades socioeconômicas e impedem o acréscimo de “capital físico e humano”, bem como o desenvolvimento regional (Cerqueira, 2019, *apud* Cerqueira, 2014, p. 11). Isso também piora as condições das regiões em desenvolvimento, pois elas mantêm uma persistência histórica nos índices de desemprego, pobreza e desigualdade de renda. Isso agrava o nível de desenvolvimento socioeconômico. Segundo Corbacho; Philipp e Ruiz-Vega (2015), quando a sociedade reduz sua confiança nas instituições, o crime pode fragmentá-la e tornar-se um entrave para o crescimento econômico, bem como para o desenvolvimento regional. Para Sachs (2000), o crime está conectado com instituições capitalistas.

Carneiro e Oliveira (2020, p. 9), em sua revisão, destacam que “os crimes violentos podem afetar a economia, investimentos, a confiabilidade da sociedade nas organizações públicas, provocando incertezas da legitimidade política e desigualdade de renda”. Nesse sentido, políticas públicas são fundamentais para diminuir a incidência desses atos. Para Souza (2002), o caso da violência no Brasil é um problema que entrou nos roteiros das discussões sobre *public policy*, mas ainda é necessária a *security policy* adequada e passível de ser incorporada como instrumento de planejamento de políticas públicas, com a utilização de informações de qualidade (Peixoto, Lima & Durante, 2004). Logo, os estados precisam investir em estratégias, planejamento e em mecanismos que possam aprimorar as instituições públicas, objetivando a solução de problemas desta natureza. De acordo com Brandão (2014, pp. 215-216), ações efetivas visam diminuir as:

[...] disparidades regionais, combatendo o fosso entre as regiões e ampliando a autodeterminação daquela comunidade, ofertando-lhe direitos, cidadania e bens e

serviços públicos de qualidade. Logo cada problema diagnosticado dever ser enfrentado a partir de uma abordagem multiescalar da articulação dos níveis governamentais pertinentes àquele problema específico.

Desse modo, é necessário implementar políticas públicas através de ações específicas a fim de resolver os problemas desencadeadores da violência e melhorar a vida social de todos com a participação dos atores sociais na definição dos objetivos ativos e dos instrumentos e ações (Aguilar Villanueva, 1993). Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar os crimes letais intencionais na região Norte do Brasil por meio de dados estatísticos, à luz da pesquisa bibliográfica realizada, e destacar as principais estratégias empregadas pelo estado de São Paulo na redução dos crimes violentos, tendo em vista ser a unidade da federação brasileira com o menor índice de crimes nesta categoria.

## **2. Procedimento Metodológico**

A pesquisa científica visa apresentar respostas para um estudo de maneira a produzir novos saberes. Assim a metodologia envolve os procedimentos necessários para comprovar hipóteses ou não e padroniza ações. Neste sentido, a metodologia neste trabalho seguiu os seguintes procedimentos: pesquisa descritiva para obter vários dados e referências sobre o objeto da investigação; e pesquisa bibliográfica, que é realizada com base no levantamento de referências já analisadas e publicadas por meios escritos e páginas na web (Gerhardt & Silveira, 2009).

As informações e os dados estatísticos foram coletados no Atlas da Violência, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) e Monitor da Violência. O atlas visa auxiliar pesquisadores na temática da criminalidade e violência e foi um trabalho desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) em parceria com FBSP (Atlas da violência, 2020). O FBSP é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, que pesquisa, produz e constrói trabalhos técnico/acadêmicos na área da segurança pública. Seus pesquisadores são multidisciplinares e investigam temáticas baseadas em evidências (FBSP, 2020).

O Monitor da Violência é a junção entre o “G1, Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP) e o FBSP, com o objetivo de discutir a questão da violência no país” (NEV, 2017). O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil “é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios, estados, 21 regiões

Metropolitanas do Brasil e 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento”. Já o IBGE é uma instituição de pesquisa brasileira com uma ampla base de dados sobre diferentes indicadores, atendendo às necessidades de pesquisadores nacionais e internacionais. Portanto, essas são as várias bases de dados que fornecem evidências sobre a temática investigada e apresentada nesse artigo, facilitando assim as análises e considerações deste trabalho.

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1 Crimes letais intencionais nos estados do Norte do Brasil

Os CVLI afetam a sociedade em vários aspectos, causando prejuízos imensuráveis e intangíveis, pois provocam perdas humanas e sociais daqueles que teoricamente estariam economicamente ativos. Para Junior, de Farias, da Costa & de Lima (2017), os crimes geram despesas e gastos públicos que poderiam ser investidos em áreas importantes para promover o bem-estar da sociedade.

Percebe-se que o Brasil vivencia a diminuição dos crimes violentos, conforme pode ser observado na Tabela 1. É possível notar uma diminuição de 36% entre os anos de 2018 e 2019, o que significa uma diferença de 15.723 no número de mortes.

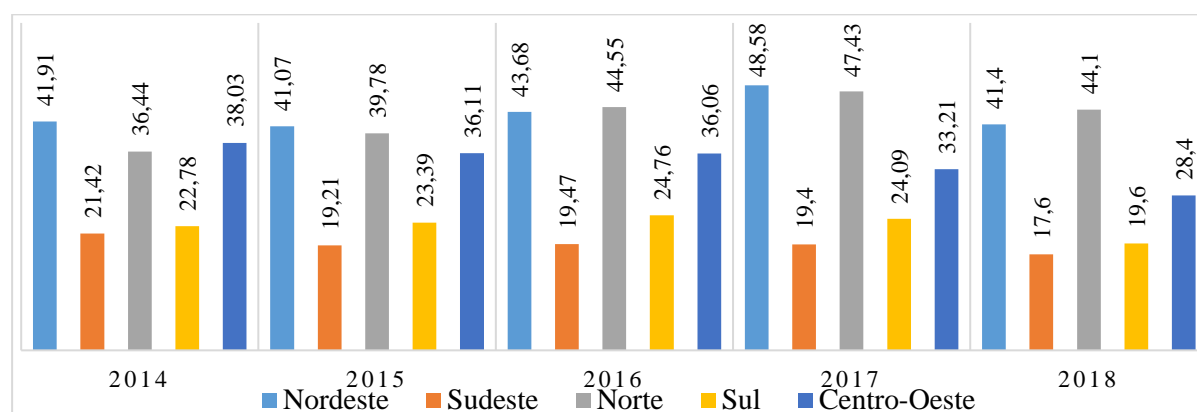
**Tabela 1.** Crimes Violentos Letais Intencionais, Brasil 2015-2019.

CVLI						
	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2018 - 2019
<b>Brasil</b>	58.459	61.597	64.078	57.358	41.635	-36,53%

Fonte: FBSP; Monitor da Violência - Núm. Absolutos. Elaboração dos autores (2020).

Mesmo com redução das mortes violentas, esta variante continua alta, pois demonstra uma média de 20,1 para cada 100 mil habitantes no Brasil. Dentre as regiões do Brasil, destaca-se como mais violenta a região Norte. Nota-se que o Norte é seguido pela região Nordeste, diferentemente do Sudeste, que possui a menor taxa, conforme a Figura 1.

**Figura 1.** Crimes Violentos Letais Intencionais no Brasil por Região, 2014-2015.



Fonte: IPEIA. Taxa por 100 mil habitantes. Elaboração dos autores (2020).

A princípio, a região Nordeste teve uma redução superior em relação aos outros estados, com uma taxa de 7,1/100 mil habitantes, já a região Sudeste praticamente manteve o mesmo percentual. Por outro lado, a região Norte teve um aumento significativo de 2015 a 2018, como pode ser observado na Tabela 2. No entanto, houve uma variação da criminalidade em 2019. Roraima e Amapá tiveram a maior redução.

**Tabela 2.** Crimes Violentos Letais Intencionais, Brasil - 2015 - 2019 - a) absolutos; b) Taxa de 100 mil habitantes.

a)

Estado	2015	2016	2017	2018	2019	Var. 2018/2019
Roraima	102	212	211	384	199	-48,18%
Amapá	250	399	434	480	265	-44,79%
Pará	3772	4207	4527	4649	2864	-38,40%
Acre	234	368	530	416	312	-25%
Amazonas	1447	1189	1285	1225	1063	-13,22%
Tocantins	395	461	379	420	367	-12,62%
Rondônia	542	586	506	448	416	-7,14%
<b>Total</b>				<b>8022</b>	<b>5486</b>	<b>-31,61%</b>

b)

Estado	2015	2016	2017	2018	2019	Var. 2018/2019	Pop.*
Roraima	40,1	39,7	47,5	59,84	34,51	-42,33%	605.761
Amapá	45	50,8	54,7	46,55	33,64	-27,73%	845.731
Pará	38,2	48,7	48	42,7	31,95	-25,18%	8.602.865
Acre	27	44,4	62,2	47,51	35,89	-24,46%	881.935
Amazonas	37,4	36,3	41,2	28,79	26,05	-9,52%	4.144.597
Tocantins	33,2	37,6	35,9	25,53	23,6	-7,56%	1.572.866
Rondônia	33,9	39,3	30,7	25,49	23,67	-7,14%	1.777.225

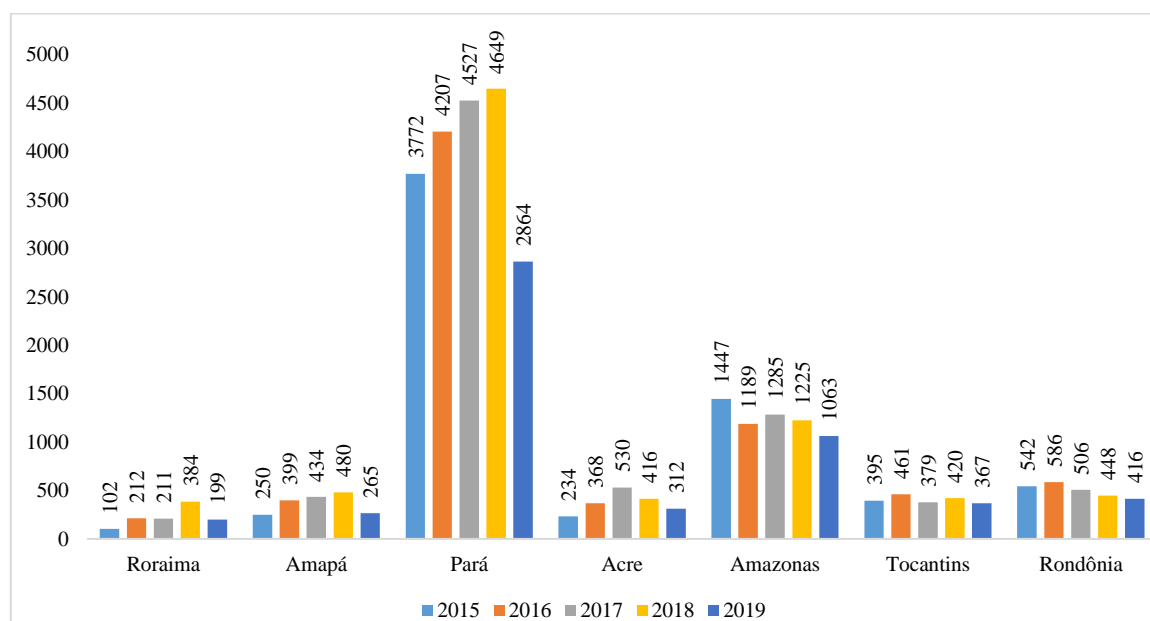
Fonte: FBSP; Monitor da Violência; IBGE\* população estimada 2019; Elaboração dos autores (2020).

Percebe-se que Roraima teve a maior variação entre os estados da região Norte. Em número absoluto, Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima tiveram uma variação bastante diversificada, demonstrando que existe uma dinâmica causal para o aumento e diminuição da criminalidade violenta. É possível perceber que o estado do Pará representa 52,21% do total de

mortes nesta região, sendo que, em 2019, cerca de 1.785 vidas foram poupadas por essa epidemia que afeta o Brasil (Figura 2).

Em seus estudos Cerqueira, Bueno, Lima, Cristina, Helder, Paloma Palmieri & Pacheco (2019) descrevem várias dinâmicas que podem esclarecer os principais motivos da criminalidade violenta em alguns estados da região Norte. Segundo os autores, os crimes violentos no Acre estão associados à guerra por novas rotas do narcotráfico que saem do Peru e da Bolívia. Amazonas é um território importante para a logística do narcotráfico e disputado por várias facções instaladas no estado. No Estado de Rondônia, as mortes violentas estão, em sua maioria, associadas a conflitos agrários.

**Figura 2.** Crimes Violentos Letais Intencionais - Região Norte no período entre 2015-2019.



Fonte: FBSP; Monitor da Violência - Núm. Absolutos. Elaboração dos autores (2020).

Neste sentido, pode-se inferir que cada região possui dinâmicas para os crimes violentos, necessitando de planos específicos ou políticas públicas destinadas a solucionar problemas públicos, melhorando, dessa forma, a qualidade de vida das pessoas, promovendo o bem-estar da sociedade.

### 3.2 Crimes violentos intencionais letais no Sudeste brasileiro

A sociedade brasileira possui grande diversidade entre as regiões e apresenta diferenças nas causas dos CVLI em todos os estados. É relevante evidenciar que o Sudeste brasileiro (Figura 2) apresenta a menor taxa de delitos violentos.



Deste modo, a questão do desenvolvimento regional pode estar associada aos crimes violentos e esse questionamento nos remete a uma análise: que fatores estariam associados aos baixos casos de mortes (CVLI) no Sudeste brasileiro? Que políticas públicas estão dando respostas positivas na redução dos CVLI nesta região? Para Carneiro e Oliveira (2020, p.9):

A falta de desenvolvimento de uma região contribui para o aumento sistemático dos crimes violentos, afetando, desse modo, o bem-estar e a qualidade de vida e o próprio crescimento econômico. Acrescenta-se o fato que os crimes violentos no Brasil constam nos planejamentos estratégicos dos gestores públicos estaduais, contudo sem resultados efetivos (Carneiro & Oliveira, 2020, p. 9).

Portanto o “desenvolvimento, enquanto construção social e política, deve incluir parcelas crescentes das populações marginalizadas nos frutos do progresso técnico, gerando coesão em uma escala nacional” (BRANDÃO 2014, p. 215). Analisar as questões dos CVLI e particularidades regionais seria relevante para o estudo em questão.

O Sudeste do Brasil, atualmente, é a região mais desenvolvida, pois apresenta os melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil nos seguintes aspectos: escolaridade, educação, longevidade e renda. Isso está descrito na Tabela 4<sup>1</sup>. Portanto essa é a região mais desenvolvida do Brasil. Retamiro (2018, p. 45) assevera, destacando que:

A região sudeste possui um diversificado e sofisticado parque industrial, cuja participação das empresas brasileiras nas exportações está ou perpassa pela região, bem como onde estão localizados os principais centros de pesquisa e ensino do país, o que corrobora com o fato de ainda ser o palco dos fluxos de investimentos privados e públicos, contribuindo para se manter como o núcleo da economia nacional.

Outro ponto a ser ressaltado seria a renda *per capita*. Essa região apresenta os maiores rendimentos por domicílio do Brasil. Para Siqueira e Siffert Filho (2001, p. 1), a forma de desenvolvimento regional no Brasil é caracterizada pela “concentração de renda em termos espaciais e pessoais”. Logo, o desenvolvimento regional e os CVLI relacionam-se com os aspectos do crescimento e produtividade de uma região, com as limitações das pessoas e o desemprego e a renda maiores ou menores (Carneiro & Oliveira, 2020). Na Figura 3, é possível observar as distinções regionais na renda *per capita* entre os estados do Norte e Sudeste.

Notavelmente, percebe-se significativas diferenças nessas regiões em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e às questões socioeconômicas, com destaque para educação, renda e escolaridade. O melhor IDH é apresentado por São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro, em contraste com os estados do Pará e Amazonas, que apresentam os menores



índices. Segundo Carneiro e Oliveira (2020), CVLI tendem a diminuir quando o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico melhora em regiões afetadas por crimes violentos.

**Tabela 4.** Índice de Desenvolvimento Humano Região Norte e Sudeste, 2017.

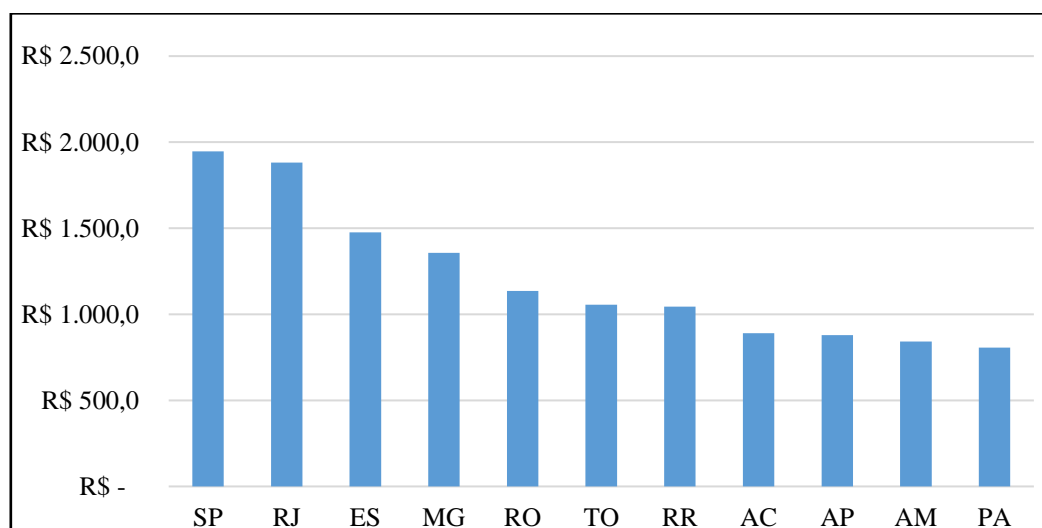
Estado	IDHM* Escolaridade	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDH
RO	0,580	0,703	0,776	0,699	0,725
AC	0,586	0,682	0,821	0,664	0,719
AM	0,678	0,735	0,786	0,682	0,733
RR	0,721	0,771	0,781	0,706	0,752
PA	0,587	0,661	0,788	0,654	0,698
AP	0,698	0,710	0,820	0,695	0,740
TO	0,616	0,727	0,811	0,696	0,743
MG	0,619	0,753	0,875	0,741	0,787
ES	0,646	0,732	0,850	0,740	0,772
RJ	0,731	0,763	0,858	0,769	0,796
SP	0,732	0,828	0,854	0,796	0,826

Fonte: IPEIA - Atlas Desenvolvimento Humano, 2017. Elaboração dos autores (2020).

\*Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM

A diferença de renda *per capita* entre os estados de maior e menor renda é de aproximadamente 58,53%, ou seja, duas vezes. Em relação aos CVLI, são apresentados dados estatísticos que detalham os números desses crimes nos últimos cinco anos, evidenciando, assim, o contraste entre as regiões que são objeto desta pesquisa.

**Figura 3.** Renda *Per Capita* Região Norte e Sudeste do Brasil, 2020.

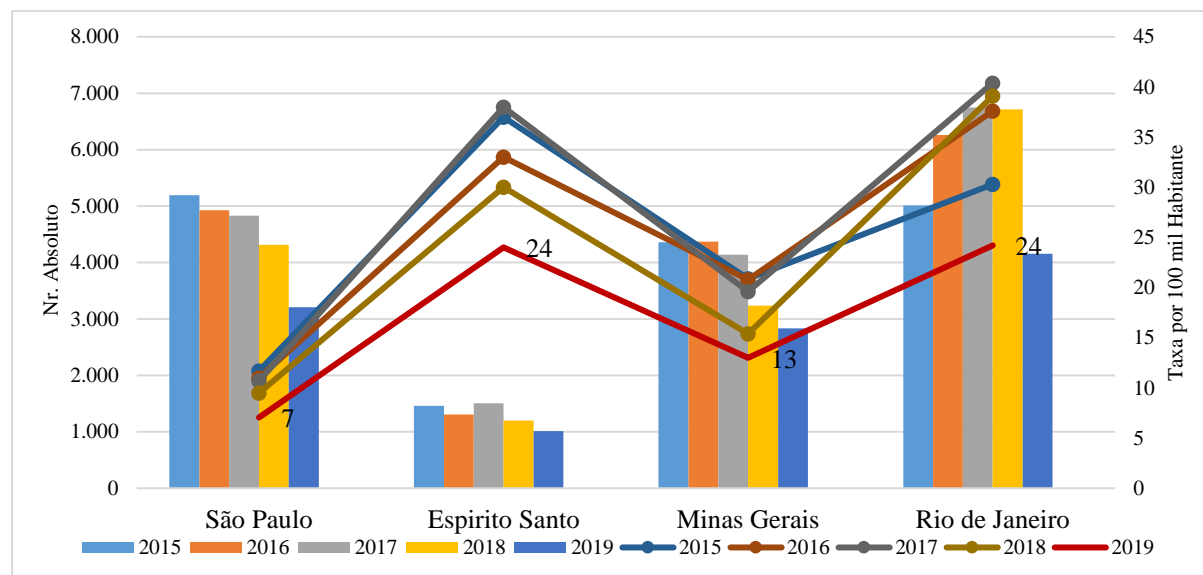


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2020. Elaboração dos autores (2020).

Na Figura 4, apresenta-se os números absolutos e as taxas de crimes para cada 100 mil habitantes no Sudeste. Percebe-se uma queda acentuada no Rio de Janeiro. Nesse estado, houve

uma redução de 15 mortes para cada 100 mil habitantes, ou seja, 2.560 pessoas não morreram entre 2018 e 2019 por homicídios, latrocínios ou lesão corporal.

**Figura 4.** Crimes Violentos Letais Intencionais Região Sudeste - 2015-2019.



**Fonte:** FBSP; Monitor da Violência -Núm. Absolutos -Taxa por 100 mil habitantes. Elaboração dos autores (2020).

Percebe-se um declive no quantitativo de vítimas nesta região e destaque para MG, RJ e ES. Sendo que São Paulo apresentou 7,05 mortes para cada 100 mil habitantes, um índice menor que o da União, que teve 20,1 mortes para cada 100 mil habitantes, portanto a menor porcentagem de CVLI no Brasil.

### 3.3 Crimes letais intencionais em São Paulo

Em anos anteriores, o Brasil foi marcado pelo aumento sistemático dos CVLI, sendo que, no último ano, cerca de 41.720 mil vidas foram perdidas. Em 2019, alguns estados brasileiros conseguiram reduzir esta sequência de crimes (Tabela 2 - a e b), principalmente o estado de São Paulo. Neste sentido, Manso (2019) traz uma reflexão acerca das dinâmicas de duas décadas (80 e 90) sobre a criminalidade violenta no Brasil. Para o autor na década de 80 e 90, a criminalidade violenta afetava o Brasil de norte a sul. Neste período, a região Norte e a Nordeste tinham as menores taxa de crimes violentos, e a região Sudeste e Centro-Oeste eram as mais violentas.

Contudo esse quadro se inverteu após o ano 2000. O Norte e Nordeste tornaram-se os mais violentos, e o estado de São Paulo que, até então, ocupava a sexta posição, recuperou-se

e fez-se a exceção no Brasil como o menos violento, situação que perdura até agora. Segundo Manso (2019), os nove estados mais violentos são Rio Grande no Norte, Acre, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Pará, Bahia e Roraima.

Consequentemente, as políticas públicas adotadas pelo Estado de São Paulo<sup>1</sup> podem ter contribuído para os efeitos favoráveis no combate à criminalidade violenta. Neste sentido, os pesquisadores Ferreira, Lima & Bessa (2009) afirmam que o avanço da criminalidade violenta em São Paulo fez com que o estado fizesse modificações significativas em suas políticas de combate à delinquência por meio de ações e transformações nas instituições encarregadas de combater a violência urbana. Esse processo se deu com a reorganização das polícias, parcerias com o sistema da justiça criminal e outras instituições, desenvolvendo a integração entre organizações públicas e sociedade civil organizada e aperfeiçoando as estruturas organizacionais com uma perspectiva de que os fenômenos criminológicos transcorrem e se originam de inúmeras razões.

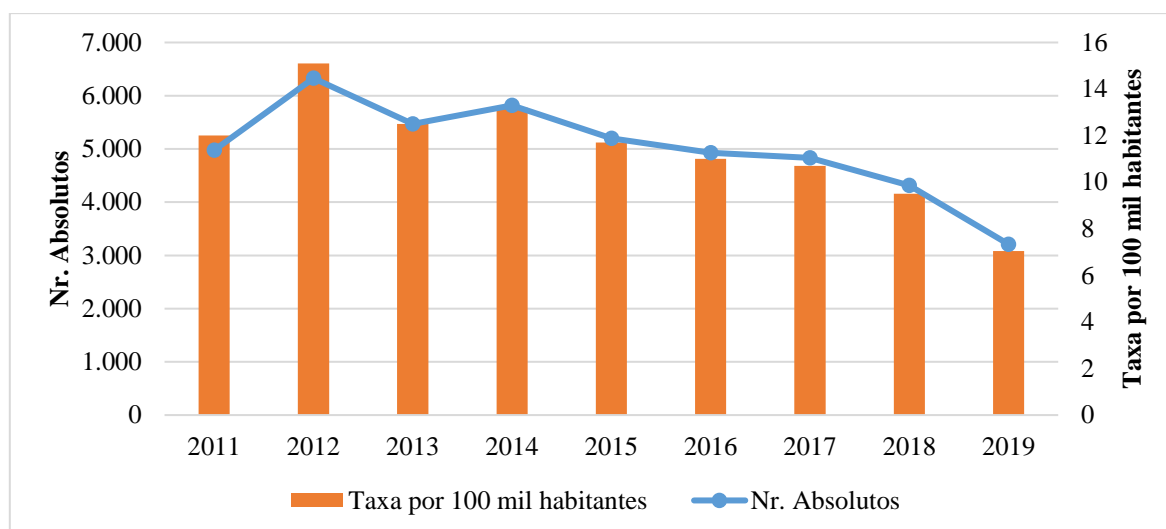
Os autores destacam ainda que o sistema de justiça e segurança pública, visando entender as causas da violência, verificou que a criminalidade violenta é consequência da crise social e demográfica e da ausência e realização de políticas sociais, estruturais e urbanas (Ferreira, Lima & Bessa, 2009).

A redução nos números dos crimes nesse estado está associada a um agrupamento de ações entre atores políticos e sociedade civil visando a segurança da sociedade e a qualidade de vida. Na Figura 5, está evidenciada a redução dos crimes violentos que teve em média, nos últimos nove anos, 35,51% no número de mortes (números absolutos).

**Figura 5.** Crimes Violentos Letais Intencionais nos Estados de São Paulo, 2012-2019.

---

<sup>1</sup> Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes. Homicídios: políticas de prevenção e controle. Brasília, DF: Ministério da Justiça, po. 11-20, 2009.



Fonte: FBSP; Monitor da Violência - Núm. Absolutos - Taxa por 100 mil habitantes.

Portanto, qual ou quais fatores contribuíram para São Paulo ter uma sequência de decréscimo nos números de mortes violentas? Para Manso (2018, p. 36)<sup>2</sup>, este decréscimo está associado, em parte, a melhorias nas organizações de segurança pública, aperfeiçoamento dos policiais militares e inovações tecnológicas. Com isso ocorreu um grande número de prisões em flagrante e restrição de armas. Esses elementos contribuíram para desestimular a ação criminosa tendo em vista a possibilidade de prisão e punição.

Para Ferreira, Lima & Bessa (2009, p. 14), essa retração pode ser explicada pela ação dos gestores que reduziram os crimes violentos, pelo planejamento estratégico e expansão das delegacias especializadas para resolução dos crimes contra a vida e desenvolvimento e estruturação de polícias científicas (peritos), priorização da prisão de delinquentes reincidentes em crimes contra a vida e unificação e padronização das ações das polícias (civil e militar).

Consequentemente, a redução dos crimes em São Paulo, para Manso (2018) e Ferreira, Lima & Bessa (2009), estão associados ao fortalecimento dos operadores e gestores dos diversos órgãos que trabalham com segurança pública nas esferas federal, estadual e municipal,

<sup>2</sup>Manso, Bruno Paes. A cena criminal brasileira mudou; compreendê-la ajuda entender as novas dinâmicas do homicídio. 2019. Do outro lado, há aqueles que apontam para o papel do PCC na mediação de conflitos no crime, a partir da conquista da hegemonia nos presídios e da organização do comércio de drogas e da cena criminal. Esse papel de agência reguladora do mercado criminal teria sido importante para a redução da violência nos conflitos. Acredito que essas hipóteses, ao invés de serem opostas e excludentes, se complementam e fazem parte de uma mesma corrente causal. O modelo de facções organizado a partir das prisões se replicou rapidamente. Bonde dos 13 no Acre, Família do Norte no Amazonas, Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte, Comando da Paz na Bahia, Primeiro Grupo Catarinense em Santa Catarina, a cena criminal no Brasil, em menos de uma década, ganhou uma nova cara. (Manso, 2019, p. 36-39). [https://pt.slideshare.net/Ministerio\\_Publico\\_Santa\\_Catarina/anurio-brasileiro-de-segurana-pblica-2019](https://pt.slideshare.net/Ministerio_Publico_Santa_Catarina/anurio-brasileiro-de-segurana-pblica-2019).

e pelo fortalecimento das facções criminosas que seriam uma sucursal interventor criminal que, em síntese, controlam os atos delituosos.

#### 4. Considerações Finais

Analisar a interdependência dos crimes nas regiões Norte e Sudeste pode contribuir para a análise, estudo e a implementação de políticas públicas que possibilitem o bem-estar da sociedade. Kerstenetzky (2012) destaca que o estado de bem-estar mais socialmente efetivo é um instrumento que possibilita o crescimento econômico ao promover a criação de empregos e distribuição de renda, principalmente em um país extremamente desigual como o Brasil.

Os CVLI geram vários problemas econômicos e sociais, pois prejudicam as atividades socioeconômicas e principalmente o capital físico e humano, tornando-se um obstáculo a investimentos, à melhoria na infraestrutura e aos avanços em tecnologia e inovação, que são condições necessárias para o desenvolvimento das localidades. Esses crimes geram despesas e gastos públicos, propiciando incertezas na efetividade das políticas e na diminuição da criminalidade violenta. A redução dos números dos crimes no Brasil pode estar associada a um agrupamento de ações que ocorreram no ano de 2019 (ver Tabela 1).

Ao longo dos anos, diversas ações para reduzir a criminalidade foram implementadas, no entanto não surtiram os efeitos desejados. Somente em 2019 ocorreu uma diminuição acentuada nos crimes. Essa retração pode estar associada à estabilização da economia nacional em 2019 e ao saldo positivo de emprego formal, que teve uma melhora significativa em comparação com os anos anteriores<sup>3</sup>. A instabilidade econômica torna o desemprego duradouro, aumentando, assim, as desigualdades econômicas e sociais (Kerstenetzky, 2002). Destaca-se que a criminalidade é um problema público multicausal, sendo que não é tão simples estabelecer uma correlação perfeita.

A região Norte do Brasil possui várias dinâmicas para a ocorrência dos crimes, com destaque para o tráfico de drogas, guerra entre facções, questões agrárias. Igualmente, é imperativo estudos que indiquem as práticas e as principais razões para as ações delituosas. O

---

<sup>3</sup> Ver SGS - \*Sistema Gerenciador de Séries Temporais

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>;  
\*Ministério da economia. Segundo a Secretaria de Trabalho (2019). Saldo de emprego formal, **2015**: -1.542.371; **2016**: -1.321.994; 2017: -20.832; **2018**: 529.554; **2019**: 644.079. [http://trabalho.gov.br/images/Noticias/Jan-2020/Caged\\_Dezembro.pdf](http://trabalho.gov.br/images/Noticias/Jan-2020/Caged_Dezembro.pdf)

Acre, atualmente, é o mais violento (Tabela 2 - b), contudo o Pará, em número absoluto, teve 52,21% do total de mortes nesta região, com cerca de 2.864 mortes em 2019.

Na região Norte, entre 2018 e 2019, verificou-se uma diminuição de 31,61% nas mortes, destaque para Roraima que reduziu em 42,33% as mortes por grupos de 100 mil habitantes. Rondônia apresentou o menor índice. Portanto, em um país desigual como o Brasil, é importante ter um Estado ativo para fazer frente aos interesses e necessidades da sociedade, buscando desenvolver e implementar políticas apropriadas para o bem-estar de todos (Brandão 2014).

Neste sentido, o Estado precisa investir em policiamento ostensivo proativo e em ações sociais e econômicas que possam resolver ou pelo menos minimizar problemas públicos tais como má distribuição de renda, desigualdades sociais e regionais; desigualdade de oportunidades educacionais; exclusão digital e ausência de políticas efetivas de geração de trabalho e renda (com salários dignos). Para tanto, é importante a mobilização e participação da sociedade civil organizada na construção de políticas públicas que deslindem as dificuldades das populações.

## Referências

Aguilar Villanueva, L. (1993). Estudio introductorio. Problemas públicos y agenda de gobierno, 15-72. Recuperado de: [https://negociacionytomadecisiones.files.wordpress.com/2016/04/10001\\_problemas-publicos-y-agenda-de-gobierno.pdf](https://negociacionytomadecisiones.files.wordpress.com/2016/04/10001_problemas-publicos-y-agenda-de-gobierno.pdf).

Braga Filho, H., Andrade, L. H. C. &, Pousa, J (2015). Desenvolvimento regional em perspectiva sistêmica: os impactos da violência no desenvolvimento Apresentação de Trabalho/Comunicação). Recuperado de: <http://www.issbrasil.usp.br/ocs/index.php/cbs/11cbs/paper/download/90/68>.

Brandão, C. (2014). Sobre desenvolvimento, planejamento e desafios para a pactuação multiescalar no federalismo brasileiro. Monteiro N. Aristides. Governos Estaduais no Federalismo Brasileiro. Brasília, IPEA, 213-232.

Carneiro, L. de Andrade, & de Oliveira, N. M. (2020). Violent crimes and their implications for regional development: a literature review. *Research, Society and Development*, 9(6), 199963626.

Cerqueira, D., Bueno, S., Lima, R. S. D., Cristina, N., Helder, F., Paloma Palmieri, A., & Pacheco, D. (2019). Atlas da violência 2019.

Corbacho, A., Philipp, J., & Ruiz-Vega, M. (2015). Crime and erosion of trust: Evidence for Latin America. *World Development*, 70, 400-415.

De Aguiar, F. A., & Leadebal, K. B. (2011). Abordagem criminológica do latrocínio. [Internet. Âmbito jurídico]. Recuperado de: [https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/abordagem-criminologica-do-latrocinio/#\\_ftnref1](https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/abordagem-criminologica-do-latrocinio/#_ftnref1).

De Oliveira, A. L. M. (2017). Crime Preterdoloso. *Etic-encontro de iniciação Científica-ISSN 21-76-8498*, 13(13).

Ferreira, S. P., Lima, R. S., & Bessa, V. (2009). Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes. *Homicídios: políticas de prevenção e controle*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 11-20. Recuperado de: [https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume3/criminalidade\\_violenta\\_homicidios\\_sp\\_fatores\\_explicativos\\_movimentos\\_recentes.pdf](https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume3/criminalidade_violenta_homicidios_sp_fatores_explicativos_movimentos_recentes.pdf).

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). Métodos de pesquisa. Plageder.

Junior, L. F., de Farias, J. J., da Costa, R. F. R., & de Lima, F. S. (2017). La criminalidade no Brasil: avaliação do impacto dos investimentos públicos e dos fatores socioeconômicos. *Espacio Abierto*, 26(2), 219-243.

Kerstenetzky, C. (2012). O estado do bem-estar social na era da razão. Elsevier Brasil.



Núcleo de estudos da violência da USP (2020) - (NEV-USP). [Internet]. Recuperado de: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf).

Peixoto, B. T., Lima, R. S. D., & Durante, M. O. (2004). Metodologias e criminalidade violenta no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 13-21. Recuperado de: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100003&script=sci_abstract&tlng=pt).

Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário (2017). In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de: [https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras\\_publicacoes\\_externas/pagina-1/41estudo\\_tecnico\\_atualizacao\\_quadro\\_equivalencia\\_mortes\\_violentas\\_sistemas\\_estaduais.pdf](https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes_externas/pagina-1/41estudo_tecnico_atualizacao_quadro_equivalencia_mortes_violentas_sistemas_estaduais.pdf)

Pública, A. B. D. S. (2019). Fórum brasileiro de segurança pública. São Paulo/SP: fórum brasileiro de segurança pública, ano, 13-2019. Recuperado de: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>.

Pública, A. B. D. S. (2019). Fórum brasileiro de segurança pública. São Paulo/SP: fórum brasileiro de segurança pública, ano, 13-2019. In: Manso, B. P (2019). A cena criminal brasileira mudou; compreendê-la ajuda entender as novas dinâmicas do homicídio. 2019. In: Recuperado de: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>.

Retamiro, W. (2018). Desenvolvimento e Planejamento regional: a necessidade da reconversão econômica processual e dinâmica da região sudeste. *Economistas*, São Paulo, pp. 44 - 49, 01 set. 2018.

Sachs, I. (2000). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Editora Garamond.

Siena, D. P. B. (2011). Da hediondez do homicídio simples praticado em atividade típica de grupo de extermínio. *Âmbito Jurídico*, 89, 1.

Siqueira, T. V. D., & Siffert Filho, N. F. (2001). Desenvolvimento regional no Brasil: tendências e novas perspectivas.

Souza, C. (2002). Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo.

Velasco, C., Caesar, G. & Reis, T (2018) Monitor da violência: as mortes violentas mês a mês no país. G1. Recuperado de: <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortes-violentas-no-brasil/#/dados-mensais-2019>.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Leonardo de Andrade Carneiro - 50%

Mônica Aparecida da Rocha Silva - 50%